

AUTOPLÁGIO: UM PROBLEMA ÉTICO OU UMA PRÁTICA TOLERÁVEL?

VANUZA BASTOS RODRIGUES

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)

MIRIAN REJOWSKI

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)

AUTOPLÁGIO: UM PROBLEMA ÉTICO OU UMA PRÁTICA TOLERÁVEL?

Introdução

Este texto enfoca o autoplágio, um assunto sério no meio acadêmico, pois os seus parâmetros são tênues e divide opiniões, colocando editores em posição delicada frente a vários autores. É um tema que começou a ser mais discutido na década de 2010, por meio da II Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa, levantando questões sobre a busca de mecanismos para subsidiar uma normalização que protegesse a academia, os editores, os autores e os usuários, sem, contudo, impactar no processo de desenvolvimento e difusão das pesquisas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

A partir de uma palestra acadêmica, decidiu-se construir um texto que trouxesse à luz recentes debates no meio acadêmico sobre o autoplágio, tendo como roteiro norteador os assuntos expostos e discutidos nesse evento. A exposição foi orientada por um conjunto de respostas a questões anteriormente encaminhadas pela coordenação do evento, acrescidas de outras perguntas e observações de participantes do evento.

Fundamentação Teórica

Parte-se da definição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que pode se evidenciar em todo o processo de desenvolvimento e disseminação de uma pesquisa, e induzir à reflexão sobre a produção de dissertações e teses como exigência para finalização de mestrados e doutorados nos programas de pós-graduação stricto sensu, visto que parte da produção científica são derivadas dessas pesquisas e consideradas obras publicadas (Comité Editorial Salud UIS (2017). Como ponto de escape para os pesquisadores, tem-se a autocitação, mas é vista com reserva pelos editores e academia

Discussão

Apona-se a inadequação do termo, situando-o como um problema ético com relações à autocitação. Identificam-se diferentes tipos de autoplágio denominados como: reciclagem textual/reutilização de texto, publicação fatiada/salame, publicação duplicada e publicação inflada/atualizada. Explica-se o aumento dessa prática no meio acadêmico face ao sistema de avaliação da pós-graduação stricto sensu associado à produtividade científica conduzida por docentes pesquisadores entre outros fatores.

Conclusão

Nota-se que não se pode caracterizar o autoplágio como crime com base na legislação brasileira, fato que também ocorre em outros países. Há uma variação de aceitação de autoplágio em publicações científicas, em geral em torno de 20 a 30% e algumas medidas para formalizar a ocorrência de autoplágio estão sendo tomadas por editores, envolvendo a retratação do autor e a identificação da prática no artigo em que foi constatada.

Referências Bibliográficas

Bannura, G. (2017). Publicación duplicada y autoplágio en publicaciones médicas. *Revista Chilena de Cirugía*, 69(1), 1-2. Barata, R. B. (2019). Os desafios da editoração de revistas científicas brasileira da área de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 24(3), 929-939] Callahan, J. L. (2018). The retrospective (im)moralization of self-plagiarism: Power interests in the social construction of new norms for publishing. *Organization*, 25(3), 305-319 Committee on Publication Ethics. (2021). *Guidance*. Committee on Publication Ethics. (2021). *History of COPE*. Elsevier. (2021). *About COPE*